



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

**CURSO DIVERSIDADE, ALTERIDADE E DIREITOS HUMANOS:
RESOLUÇÃO CNJ N° 492/2023**



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3924031.26461596-5773 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3924031.26461596-5773>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 19/03/2024 16:59



TJPAMEM202404439





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR	
MATRÍCULA: 191736	TELEFONE: (91) 3110-6815
E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br	

1. Justificativa da necessidade da contratação

O curso atende Recomendações do CNJ sobre capacitação de magistrados em direitos fundamentais com perspectiva de gênero (Resoluções nºs 79/2020 e 82/2020). Na sociedade contemporânea, em que pese os inúmeros avanços relacionados às questões que envolvem gênero, evidencia-se que ainda não se efetivou uma igual dignidade entre mulheres e homens, notadamente quando se perspectiva o tema desde uma leitura interseccional (considerando, para além do gênero, questões de raça, condição social, idade etc.). Diante deste cenário, urge apoiarmo-nos no potencial emancipatório do direito de modo a fomentar uma mudança cultural que tenha, como objetivo, construir uma sociedade mais livre, justa e solidária entre os gêneros, raças e com menor distância entre as classes sociais. Utilizando-se o princípio da igualdade substantiva, pode-se fazer o enfrentamento de hierarquias sociais para consagração da cidadania. No que tange à desigualdade entre os gêneros, em 2021 o Conselho Nacional de Justiça apresentou o resultado de um potente Grupo de Trabalho (instituído pela Portaria CNJ nº 27, de 2 de fevereiro de 2021), a saber: o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, um importante instrumento para inspirar magistrados e magistradas na adoção de uma postura e de um entendimento livres de quaisquer preconceitos/estereótipos de gênero na condução e julgamento de processos nas mais diferentes searas/instâncias.

Nesse sentido, o curso ora apresentado corrobora com a implementação do macrodesafio: aperfeiçoamento de gestão de pessoas, iniciativa estratégica – Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Judiciário, uma vez que a ação tem o condão de auxiliar na





qualificação dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras que desenvolvem suas atividades nas Unidades do TJPA.

2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano

A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada ao Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional, visando implementar a etapa 3.7.3 que trata da elaboração de cursos de capacitação para magistrados(as) e servidores(as) que versem sobre rotinas padronizadas de trabalho. A presente ação consta no Plano de Contratações da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, EJPA, para o exercício de 2024, conforme memorando PAMEM2023/68363, documento que solicita homologação do Plano Anual de cursos da EJPA, é uma ação imprescindível para o alcance das Metas do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducativo (GMF/TJPA) criado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seguindo as diretrizes da Resolução Nº 96 de 27/10/2009, e sua organização e o funcionamento pela resolução nº 214/2015, considerando a necessidade de atualizar as diretrizes dos GMFs, a fim de fortalecer, de qualificar e de instrumentalizar sua atuação, bem como aprimorar o alinhamento com o DMF/CNJ foi criada a resolução nº 368 de 20/01/2021. No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foi instituído pela Portaria nº 3296/2014-GP, e reestruturado pela Portaria nº 2267/2021-GP.

A demanda entrará no item EJ4A24 do plano de contratações do Poder Judiciário do Estado do Pará para o ano de 2024. O presente documento será regido pela Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada

Serviço de capacitação na modalidade de ensino remoto, com a utilização de ferramentas tecnológicas, para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA.

4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços

04 de abril de 2024.

Carga horária: 30 horas





5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação

5.1. Equipe de planejamento da contratação

Integrante Requisitante

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6827

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6815

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Fiscal Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

Justificativa: O Integrante técnico será o mesmo fiscal técnico, pois a servidora possui expertise, competência habilidade para atuar em ambos os casos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Belém, 24 de janeiro de 2024.

Responsável pela Formalização da Demanda
Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará
Jeferson Antônio Fernandes Bacelar



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3924031.26461596-5773 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3924031.26461596-5773>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 19/03/2024 16:59



TJPAMEM202404439

